

METODOLOGIAS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES CULTURAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE FORTALEZA

Alênio Carlos Noronha Alencar¹

Aline Silva Lima²

Daniel Ribeiro Paes de Castro³

RESUMO: Neste trabalho buscamos analisar o processo de construção de metodologias de monitoramento e avaliação das políticas culturais da Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza. O estudo foi realizado com base nos instrumentos (formulários), informações (banco de dados) e ferramentas (sistemas) que foram elaborados ao longo dos anos de 2013 a 2015. Buscamos reconhecer a importância das informações em bancos de dados e da produção de indicadores culturais, assim como a possibilidade de orientação de políticas de cultura na formulação de programas e ações que garantam o amplo acesso aos bens culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Cultural, Monitoramento de Ações, *Business Intelligence*, Secultfor, Fortaleza.

Introdução

Nas últimas décadas temos assistido em nosso país um aumento considerável de debates em torno da centralidade da cultura nas políticas públicas, nos diversos âmbitos (internacional⁴, federal, estadual e municipal). Muitas dessas conquistas ganharam fôlego, principalmente, no período de redemocratização, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, instituído a cultura como um direito fundamental, assim como educação, saúde, entre outros, apontando a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Cultura (PNC), que se tornará um dos principais instrumentos de governança. Com isso, têm-se estabelecido

¹ Mestre em História Social - PUC/SP e Especialista em Gestão e Políticas Culturais – Observatório Itaú Cultural e Universidade de Girona/Espanha. Trabalha atualmente na Assessoria de Planejamento da Secretaria de Cultura de Fortaleza. E-mail: aleniocarlos@gmail.com

² Graduada em Comunicação Social/Publicidade pela Faculdade 7 de Setembro. Trabalha atualmente na Assessoria de Políticas Culturais da Secretaria de Cultura de Fortaleza. E-mail: alinelima.guara@gmail.com

³ Graduado em Ciências Sociais pela UFC e Mestrado em Sociologia pela UNB. Trabalha atualmente como Gerente do Observatório da Governança Municipal do Instituto de Planejamento de Fortaleza / Prefeitura Municipal de Fortaleza. E-mail: dandicaastro@gmail.com

⁴ Muito desse avanço se deve quando observamos da evolução histórica dos instrumentos de proteção dos Direitos Humanos (Culturais) adotados pela ONU na década de 1960, como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966) e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), percebemos, ao longo do seu texto, um enfoque na cultura como direito básico. Não se trata de apontar uma origem desse avanço, mas entender o seu processo de constituição, a partir de uma série de ações que ocorreram com a promulgação dos Direitos Humanos, apropriados pelos movimentos sociais que passaram nas décadas seguintes, a lutar e exigir a garantia, reconhecimento e proteção de suas manifestações culturais. Ver Declaração dos Direitos Humanos. Site: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em 22/01/2016.

nas décadas seguintes (1990 e 2000) uma discussão abrangendo vários segmentos sociais como gestores, empresários, intelectuais, escolas, ONGs, dirigentes políticos, cientistas, sociedade civil, etc., sobre uma consciência acerca da importância da cultura como vetor de transformação da sociedade, em especial, na relação cultura e economia. Novos contextos, oportunidades de trabalho e agentes culturais foram surgindo nas últimas décadas, mediante a oferta e demanda de emprego e formação, citemos o gestor de patrimônio cultural que “han recibido el encargo de desarrollar e institucionalizar estos nuevos servicios de la sociedade, como um anhelo a um reconocimiento social de sua función”⁵. Um dos seus encargos é produzir sistemas integrados de conhecimento e gestão, possibilitando balizar as políticas culturais pela regionalização/territorialização da cidade, tendo como razão os planos municipais de cultural, numa busca constante de fortalecimento das políticas de inclusão e maior participação popular.

Citamos o caso do Festival Junino de Fortaleza⁶, que a partir do ano de 2014 trouxe uma nova proposta “viabilizar a ampla participação de agentes culturais que se situem nos diversos territórios da cidade, promovendo a descentralização territorial da gestão e das ações culturais do município.”⁷. O objetivo do evento era selecionar projetos culturais⁸ que pudessem promover a territorialização da festa, com uma programação diversificada que pudesse dar conta das inúmeras ações que aconteciam ao longo do período e nos diferentes espaços da cidade. Contudo, faltaram dados sobre os processos de criação, produção e difusão dessas expressões culturais que pudessem subsidiar as políticas culturais, dificultando o desenvolvimento cultural da Festa.

Segundo o Plano da Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura, “a produção de dados estatísticos acerca da economia criativa brasileira é escassa e, em geral, os poucos estudos existentes adotam metodologias e categorizações absolutamente dispares”⁹,

⁵ MARTINELL, Alfons. La gestión cultural: singularidad profesional y perspectivas de futuro (Recopilación de textos). Cátedra UNESCO de Políticas Culturales y Cooperación. 2001, p.03.

⁶ É considerada uma das expressões culturais mais mobilizadoras da cidade de Fortaleza, que já tem uma longa tradição e nos últimos anos vem modificando sua forma de atuação como política pública de cultura.

⁷ FORTALEZA. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Secretaria de Cultura de Fortaleza - SECULTFOR). EDITAL N° 02 / 2014 - Seleção Pública de Apoio aos Festejos Juninos de Fortaleza 2014. Fortaleza: Secretaria de Cultura de Fortaleza, 2014, p.05.

⁸ Foram selecionados 70 (setenta) projetos, sendo 40 (quarenta) projetos de Grupos de Quadrilha Junina Adulta, 10 (dez) projetos de Grupos de Quadrilha Junina Infantil, 10 (dez) projetos de Festival Junino de Grande Porte e 10 (dez) projetos de Festival Junino de Médio Porte.

⁹ PLANO DA SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014. Brasília: Ministério da Cultura, 2012, p.31.

prejudicando uma visão mais ampla dos impactos da área cultural nas políticas pública. O Festejo Junino de Fortaleza demonstra essa lacuna. Temos uma carência de dados em todos os campos da produção, sejam econômicos (com exceção do investimento), sociais ou culturais. As informações são coletadas no período da execução dos Editais, por meio dos documentos de inscrição que não são, necessariamente, os instrumentos legais para construção de indicadores culturais. Pouco se sabe do volume de riquezas que os Festejos Juninos produz e movimenta, o que impede “o desenvolvimento de análises aprofundadas quanto à natureza e ao impacto dos setores criativos na economia brasileira”¹⁰. Dessa forma, entendemos que o (re)conhecimento dos setores criativos traria a possibilidade de gerar transversalidade entre eles, como também uma intersectorialidade entre os órgãos públicos gestores da festa.

Como se modifica uma política cultural? Podemos pensar na mudança se grande parte da sociedade não tem acesso as informações sobre os indicadores culturais das ações promovidas? Muitas são as possibilidades, mas pretendemos ao longo deste texto, discorrer sobre um dos principais instrumentos presentes nos debates das políticas culturais, que são as metodologias e ferramentas de monitoramento e avaliação das políticas culturais, compreendido como “instrumento de gestão de médio e longo prazo, no qual o Poder Público assume a responsabilidade de implantar políticas culturais de Estado”¹¹. Segundo Canclini, se “quisermos ser eficazes para reunir estatísticas culturais e situá-las nas políticas de desenvolvimento nacional e continental teremos que considerar as novas articulações entre economia e cultura”¹². Dessa forma, a economia da cultura nasce com a difícil tarefa de gerar essa articulação e balizar as políticas culturais, tanto pela diversidade cultural como pela sustentabilidade, inovação e inclusão social. Mas como aferir as políticas públicas de cultura? Para isso, fez necessário a criação de estrutura governamental, subsidiada por instrumentos que possam monitorar e avaliar as políticas de cultura.

Uma efetiva política para as políticas culturais

¹⁰ PLANO DA SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014. Brasília: Ministério da Cultura, 2012, p.36.

¹¹ PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE FORTALEZA – 2012. Fortaleza: Secretaria de Cultural de Fortaleza, 2013.

¹² CANCLINI, Nestor G. “Reconstruir políticas de inclusão na América Latina”. In: Políticas Culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003, p. 21.

Em 2013 a Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza – SECULTFOR criou a Assessoria Especial de Políticas Culturais - ASESP com a demanda de executar e avaliar as políticas públicas através do gerenciamento do seu Sistema Municipal de Fomento à Cultura¹³. Este por sua vez, tem como uma de suas atividades, o monitoramento da execução das 28 (vinte e oito) metas, distribuídas em 229 (duzentas e vinte e nove) ações do Plano Municipal de Cultura de Fortaleza¹⁴.

O Plano por sua vez traz como uma de suas diretrizes principais a “democratização e garantia do amplo acesso aos bens culturais”¹⁵ para a população da cidade. Fortaleza possui hoje uma área territorial de 314,930 km², com uma população em cerca de 2,5 milhões de pessoas¹⁶, com 119 (cento e dezenove) bairros distribuídos em 7 (sete) Territórios Regionais. Se somarmos a população de Fortaleza com a da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), esse número chega a 3.818.380¹⁷ milhões de pessoas, que para alguns, pode ser considerada uma “megalópole”¹⁸, o que torna um grande desafio para as políticas públicas, em particular, de cultura.

É de responsabilidade da Secretaria de Cultural de Fortaleza fazer a execução do Plano Municipal de Cultura, contando com a ajuda de suas Coordenadorias: Ação Cultural; Patrimônio Histórico e Cultural; Criação e Fomento. Para o monitoramento e avaliação do Plano coube a Assessoria Especial de Políticas Culturais produzir uma metodologia¹⁹ que pudesse ser aplicada a realidade de Fortaleza. Haviam carências de modelos que pudessem dar conta dessa realidade. Conforme apontado por Ziviane e Moura²⁰ “a dificuldade maior se apresenta justamente na ausência de um modelo conceitual único, que permita desenvolver

¹³ Sistema Municipal de Fomento a Cultura (SMF) - LEI Nº 9904, de 10 de Abril de 2012.

¹⁴ O Plano Municipal de Cultura é Lei, de nº 9989, de 28 de Dezembro de 2012, e tem duração decenal. Ver: PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE FORTALEZA – 2012. Fortaleza: Secretaria de Cultural de Fortaleza, 2013.

¹⁵ Plano Municipal de Cultura, p. 9.

¹⁶ Revista Fortaleza 2040. V.4., n.2. Fortaleza: IPLANFOR, 2015, p.11

¹⁷ Idem, p.7

¹⁸ Megalópole é uma zona urbana vasta e com grande concentração populacional, que corresponde ao território ocupado por várias áreas metropolitanas interligadas. "Megalópole", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/megal%C3%B3pole> [consultado em 12-02-2016].

¹⁹ A Metodologia de Monitoramento do Plano Municipal de Cultura de Fortaleza (PMC) se deu por meio da criação de Formulário, que foi construído em 2 (dois) meses, levando em conta o estudo de metas, pesquisa de modelos e construção da ferramenta em plataforma Google. Contou com a participação de todas as coordenações da SECULTFOR que contribuíram com perguntas, melhorias no texto e disponibilização de técnicos para treinamento do preenchimento do banco de dados.

²⁰ ZIAVINI; MOURA, A CONSOLIDAÇÃO DOS INDICADORES CULTURAIS NO BRASIL: Uma abordagem informacional, SÃO PAULO, 2008, p. 4.

um conjunto congruente e sistemático de indicadores culturais”. A Assessoria realizou diversos reuniões com as Coordenadorias com o objetivo de elaboração uma metodologia que pudesse construir instrumentos (formulários) necessários para responder as questões pertinentes a Secretaria, o que levou um tempo considerável para sua aprovação. Também foram necessárias novas pesquisa e vários testes para tornar a viabilidade da ferramenta.

Quanto ao formulário, ele se dividiu da seguinte forma: Informações gerais sobre o projeto/ação (nome, local data de realização); Metas do Plano Municipal de Cultura de Fortaleza contempladas pelas atividades; Área cultural/ linguagem artística das ações realizadas; Fonte de recursos; Abrangência regional²¹; Público (quantidade, perfil etário, recursos de acessibilidade e participação de movimentos sociais organizados); Indicadores econômicos (recursos previstos e executados, geração de oportunidades de emprego no setor cultural e em setores diversos); Breve avaliação sobre a ação realizada. Contudo, no formulário utilizado em 2014 e 2015 foram acrescidas as seguintes questões: A ação do Plano Municipal de Cultural de Fortaleza (PMC) que cada atividade proposta correspondia; Secretarias/ Instituições envolvidas na realização da atividade (aqui listamos as Secretarias que pactuaram ações junto com a SECULTFOR no período de elaboração do PMC); Bairros beneficiados (o formulário de 2013 só perguntou sobre o território Regional e foi percebido a necessidade de informação de bairros atingidos).

O formulário contou inicialmente com 28 (vinte e oito) questões consideradas essenciais, selecionadas em comum acordo com as Coordenadorias envolvidas. Paralelo a criação da ferramenta, as Coordenadorias e a Assessoria Especial de Políticas Culturais realizaram um diagnóstico do PMC que passou por identificar e dividir quais metas e ações eram de suas responsabilidades dentro do Plano. Chama atenção que o processo de diagnóstico, formulação e alimentação do formulário, contribuiu para que coordenadores e técnicos, a maioria deles recém-contratados pela Prefeitura de Fortaleza, se apropriassem do Plano.

Contudo, sensibilizar as equipes sobre a importância de responder o formulário de forma clara e sistemática foi um desafio constante. Muitos do corpo funcional da Secretaria pareciam entender a etapa de avaliação de resultados como menos importante do que planejamento e execução das atividades. Outra observação pertinente é que os gestores dão

²¹ Em 1997, a cidade de Fortaleza possui seis Regionais (Regional I, II, III, IV, V, IV) criadas pela Lei nº 8.000 de 1 de janeiro, e somente em 2007 foi instituída a Regional Centro, totalizando sete territórios administrativos.

pouca atenção, com relação a produção de banco de dados²², como instrumentos de avaliação e orientação das ações da Secretaria para com as políticas culturais. A importância de um banco de dados recai “na medida em que torna possível ou facilita a resposta e a negociação dos diversos interesses que se movem e se entrelaçam no campo da cultura transformando-os e dando-nos múltiplos sentidos na diversidade”²³. Os gestores precisam reconhecer a importância dos bancos de dados, não somente como informações registradas em planilhas, mas utilizá-los como o que são: recortes da realidade, repletos de significados, trazendo a possibilidade de produção de informações e indicadores culturais, necessários para orientar a gestão da política cultural na formulação de programas e ações que garantam o amplo acesso aos bens culturais. Devemos ter clareza que os indicadores não é uma cartilha onde todos os problemas da cultura serão resolvidos, mas eles “podem apontar com clareza os avanços ou retrocessos de determinadas políticas ou programas comparando seus resultados com os objetivos específicos previamente definidos”²⁴. São entendidos como “vetores do conhecimento, como capazes de explicitar valores e ideias que poderão, ou não, ser incorporados pelos gestores culturais na elaboração de políticas, programa e projetos culturais”²⁵.

Para a alimentação do banco de dados foram indicados técnicos de cada coordenação para o trabalho de recolhimento e informação dos dados e realizados treinamentos para familiarização com a ferramenta, dos mesmos. Após um ano de funcionamento a Coordenação de Ação Cultural optou por produzir um formulário impresso e distribuí-lo aos coordenadores dos equipamentos culturais sob sua responsabilidade – Biblioteca Dollor Barreira, Estoril e Mercado dos Pinhões. Esse formulário impresso contém além das informações que o monitoramento necessita, dados diversos de interesse exclusivo da Coordenação, funcionando desta forma até os dias de hoje. Essa decisão partiu da dificuldade

²² Segundo Elmasri e Navathe, um banco de dados possui determinadas características: "representa alguns aspectos do mundo real, sendo chamado, às vezes, de minimundo ou de universo de discurso (UoD). As mudanças no minimundo são refletidas em um banco de dados... uma coleção lógica e coerente de dados com algum significado inerente. Uma organização de dados ao acaso (randômica) não pode ser corretamente interpretada como um banco de dados... um banco de dados é projetado, construído e povoado por dados, atendendo a uma proposta específica. Possui um grupo de usuários definido e algumas aplicações preconcebidas, de acordo com o interesse desse grupo de usuários." (Ramez Elmasri e Shamkant B. Navathe. Sistemas de banco de dados. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005, p.4)

²³ POLÍTICAS CULTURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO: Uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003, p. 186.

²⁴ Revista Observatório Itaú Cultural / OIC, n.4 (jan/mar.2008). São Paulo: Itaú Cultural, 2008, p.10.

²⁵ Idem.

que seus técnicos possuíam para alimentar o Formulário de Monitoramento das Metas, uma vez que seria impossível acompanhar pessoalmente a programação desenvolvida nos equipamentos diariamente. Ao delegar o acompanhamento aos respectivos coordenadores dos equipamentos o problema inicial foi sanado, sendo esta coordenação a que desenvolveu a melhor relação com a ferramenta. As outras coordenações seguem alimentando o banco como foram orientadas. A alimentação das informações acontece mensalmente e por ação realizada desde 2013. A ferramenta pensada inicialmente amadureceu conforme sua utilização foi apresentando necessidades. Do início até aqui esteve sempre em movimento. As informações ficam internas na secretaria, sendo anualmente apresentadas em resumo ao Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

No começo de 2014, após publicação do Plano Nacional de Cultura - Relatório 2013 de Acompanhamento das Metas, elaborado pelo Ministério da Cultura (MINC), foi identificada a necessidade de implementar melhorias na ferramenta de monitoramento e avaliação das Metas do Plano Municipal de Cultura de Fortaleza. Durante o ano de 2015, surge a necessidade de alinhamento dessas políticas com outros órgãos da Prefeitura de Fortaleza, que vinha construindo novas ferramentas de governança.

Na Sala das políticas públicas de cultura

É justamente como solução para essa demanda que surge a parceria com a Diretoria do Observatório da Governança (Instituto de Planejamento de Fortaleza - IPLANFOR), configurando como elemento relevante para a consolidação de uma política de monitoramento e avaliação das políticas culturais, através da Sala Situacional da Governança

²⁶

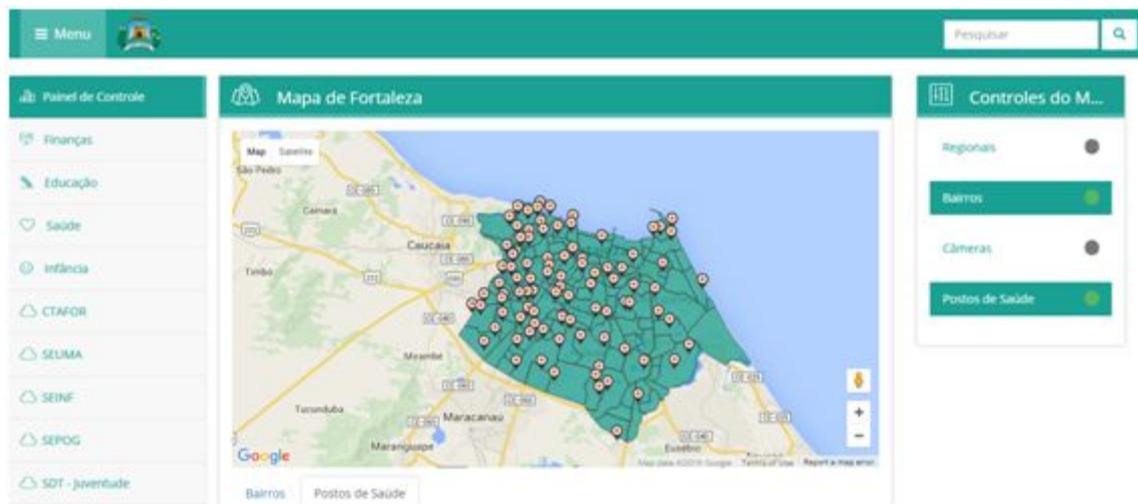
Idealizado e desenvolvido pelo Observatório da Governança (Diretoria que compõe o Instituto de Planejamento de Fortaleza/IPLANFOR), a Sala Situacional da Governança²⁷ é

²⁶ Sabemos da importância das informações já produzidas pela SECULTFOR como um ativo essencial para os processos de planejamento e avaliação. Contudo, elas representavam um desafio para a consolidação de um sistema integrado de alimentação, armazenamento e análise de informações.

²⁷ A criação e gestão da Sala Situacional da Governança são definidas como atribuição do Instituto de Planejamento de Fortaleza na Lei Complementar N° 0184 de 19 de dezembro de 2014. O ambiente físico da Sala Situacional da Governança é uma sala climatizada com seis monitores de vídeo, servidor próprio com

um ambiente físico e virtual que serve para dar suporte ao Chefe do Executivo Municipal e seu Secretariado no processo de tomada de decisão. O ambiente virtual da Sala Situacional corresponde a todo um sistema que compreende o processo de captação, armazenagem, análise e apresentação das informações analisadas ao Prefeito e Secretariado.

Imagem 1 - Imagem da Sala Situacional da Governança



Na Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), o desenvolvimento de uma Sala Situacional da Governança se dá no contexto mais amplo de implementação de uma política de Gestão de Dados pela Diretoria do Observatório da Governança (DIOBS). A partir da própria experiência junto aos órgãos setoriais da PMF, foram observados três desafios fundamentais para o gerenciamento dos dados utilizados pelos gestores municipais no processo de tomada de decisão, são eles: I – Informações armazenadas apenas em arquivos físicos (papéis), tornando ineficiente o processamento e análise de dados; II – Perda de informação estratégica devido a mudanças no quadro de servidores na gestão municipal; III – Falta de confiabilidade nos dados devido a questões relacionadas aos instrumentos de captação e atualização dos dados.

Para superar esses desafios, a Sala Situacional da Governança foi desenvolvida segundo uma abordagem de *Business Intelligence* (BI). O BI compreende uma série de metodologias relacionadas a ferramentas da área de tecnologia da informação, fundamentadas

capacidade de armazenagem de 22 TB (terabytes), localizada no Paço Municipal, ao lado do gabinete do Prefeito.

no princípio de que as informações gerenciadas dentro de uma organização, seja ela pública ou privada, representam ativo essencial para o seu processo decisório (Shim et al., 2002)²⁸.

O sucesso da implantação de um BI compreende a construção e consolidação de uma base de dados unificada, através da qual seja possível o acesso rápido e qualificado a informações uniformizadas e confiáveis (Kimball et al, 1998)²⁹. No caso da Sala Situacional da Governança, essa base de dados se dá por meio da consolidação de um *Data Warehouse*. Um *Data Warehouse* consiste na organização dos dados de forma integrada, com uma visão única e consolidada. Seu enfoque deve englobar vários temas e assuntos, sendo cada um desses temas organizado em um *Data Mart*. De forma simplificada, é possível definir um *Data Mart* como um pequeno *Data Warehouse*, ou seja, suas propriedades são as mesmas (dados integrados, de fácil consulta, a fim de produzir uma visão unificada das informações relevantes de uma organização), mas sua abrangência compreende uma temática ou assunto específico (Bruzaros, Castoldi e Pacheco, 2000)³⁰.

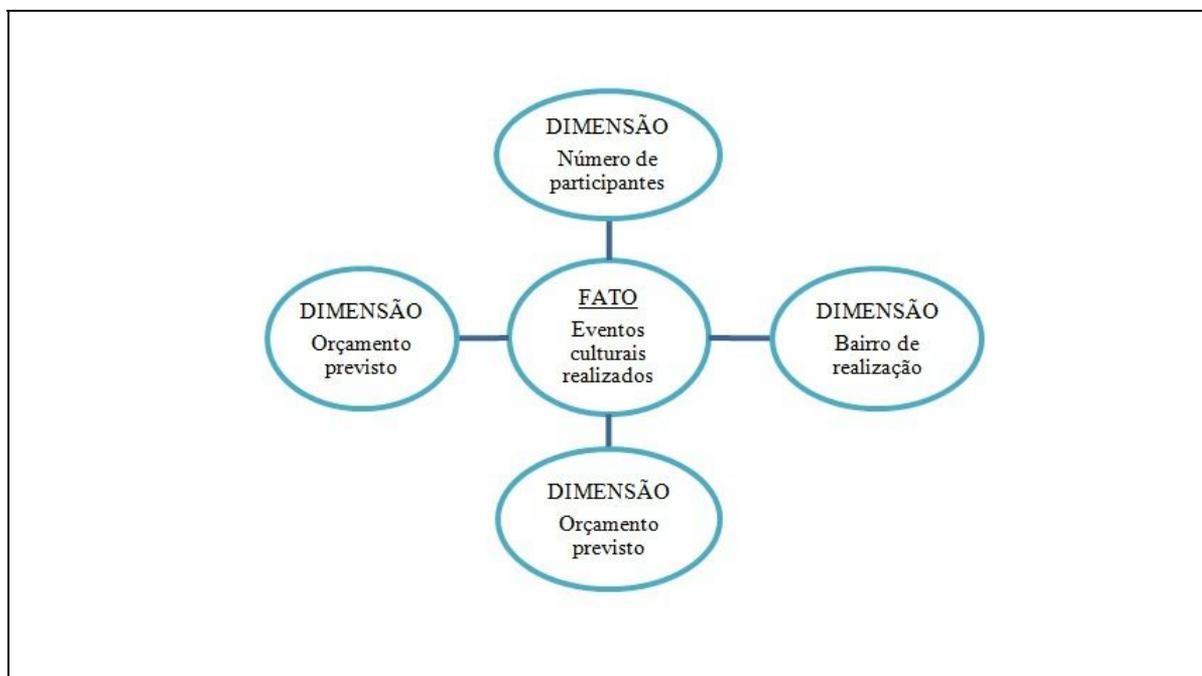
O banco de dados para o *Data Warehouse* é construído seguindo o padrão de modelagem dimensional. O principal elemento de uma modelagem dimensional é a definição de uma tabela de fatos, ou seja, uma tabela indicativa dos componentes centrais a serem descritos por um conjunto de atributos, as dimensões do fato analisado. As tabelas de dimensão, portanto, são constituídas pelos atributos que descrevem o fato (Bruzaros, Castoldi e Pacheco, 2000). Dessa forma, no caso específico da Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza, por exemplo, poderíamos pensar “Eventos culturais realizados” como o fato, que deve ser descrito pelas dimensões “Número de participantes”, “Bairro de realização”, “Orçamento Previsto”, “Orçamento executado” etc.

Figura 1 - Exemplo de Modelagem Dimensional

²⁸ SHIM, J. P.; WARKENTIN, M.; COURTNEY, J.; POWER, D. J.; SHARDA, R.; CARLSSON, C. Past, present, and future of decision support technology. *Decision Support System*, v. 33, n. 2, p. 111-126, 2002.

²⁹ KIMBALL, R. et al. *The Data Warehouse Lifecycle Toolkit: Expert Methods for Designing, Developing, and Deploying Data Warehouses*. John Wiley & Sons, New York, 1998.

³⁰ BRUZAROSCO, D.; CASTOLDI, A. V.; PACHECO, R. C. . Criando data warehouse com o modelo dimensional. In: *Acta Scientiarum (UEM)*, Maringá - Pr. v. 22, n. 5, p. 1389-1397, 2000.



A preferência pela modelagem³¹ dimensional se dá pelas vantagens associadas à simplicidade na forma de organizar os dados, o que facilita o entendimento da modelagem pelos usuários finais, e ao desempenho elevado na geração de consultas e relatórios (Rocha, Sampaio e Schiel, 2000)³². Como produto final é disponibilizado aos órgãos setoriais da Prefeitura a consulta, em painéis dinâmicos e mapas georreferenciados, das informações estratégicas que servem de suporte à tomada de decisão.

Além de todo o sistema de BI, a Sala Situacional da Governança também compreende o aplicativo Sala Setorial. O desenvolvimento do aplicativo se deu como necessidade para o avanço da Sala Situacional da Governança, devido ao fato de que, no caso da PMF, é mais a regra do que a exceção, que os órgãos setoriais não disponham ou estejam ainda em fase preliminar de estruturação de um banco de dados próprio e consolidado. Dessa forma, o aplicativo Sala Setorial foi desenvolvido com enfoque na inserção, armazenamento e

³¹ Modelagem se refere ao esquema explicativo para a caracterização dos dados armazenados em um determinado banco de dados. A modelagem de dados estabelece as entidades (os objetos de significância sobre os quais as informações necessitam ser mantidas), os relacionamentos (como os objetos de significância são relacionados) e os atributos (a informação específica a qual necessita ser mantida) de um banco de dados.

³² ROCHA, A. B.; SAMPAIO, M. C.; SCHIEL, U. . Guardando História de Dimensões em Data Warehouse. In: Semana de Informática da Bahia. Salvador, 2000, p. 212-230.

monitoramento de dados, oferecendo a funcionalidade de inserir dados, assim como de construir componentes gráficos de maneira simplificada.

Especificamente, a Sala Setorial foi desenvolvida para ofertar aos órgãos setoriais da Prefeitura a possibilidade de: Possuírem um repositório único, digital e seguro para os dados e informações produzidos pelos órgãos internamente; Facilitar aos gerentes, coordenadores e funcionários, o manejo dos dados e informações produzidas pelos órgãos; Melhorar a eficiência no processo de reportagem de resultados dos órgãos setoriais da Prefeitura para os gestores (Secretários, Coordenadores Especiais, Superintendentes etc.) das áreas Setoriais e o Chefe do Executivo; Facilitar o processamento de dados produzidos e manejados pelos órgãos setoriais para a Sala Situacional da Governança.

Imagem 2 - Imagem da Sala Setorial da SECULTFOR



No caso específico da Secretaria Municipal da Cultura (SECULTFOR), inicialmente, a Sala Setorial está orientada para o armazenamento de informações produzidas pelas diversas Coordenadorias e Diretorias que compõem o órgão, no que se refere às ações de Eventos, Projetos, Formações e Publicações. A proposta vislumbra o acompanhamento periódico dos resultados relativos ao público atendido pelas ações da Secretaria, e execução orçamentária e monitoramento das metas do Plano Municipal de Cultura. Dessa forma, através da inserção de dados pelas Coordenadorias e Diretorias na Sala Setorial, objetiva-se

disponibilizar, na Sala Situacional da Governança, painéis de visualização e informações georreferenciadas para acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas pela Secretaria.

A inserção dos dados é feita a partir de formulários criados pelos próprios usuários dos órgãos setoriais. Isso significa que a inserção de dados depende do acordo interno dentro do órgão setorial sobre a definição dos dados prioritários a serem armazenados, o modelo de armazenamento dos dados e o estabelecimento de responsabilidades. Anterior a definição desse processo, porém, é realizado todo um trabalho de apresentação, convencimento e capacitação liderado pela DIOBS.

O primeiro contato em relação a integração da SECULTFOR nesse processo se deu através de uma reunião de apresentação provocada pela DIOBS junto à Assessoria de Planejamento (ASPLAN) e Assessoria de Políticas Culturais (ASESP), realizada no dia 06 de outubro de 2015. Na ocasião, foi apresentado à equipe da ASPLAN e da ASESF o aplicativo Sala Setorial e sua finalidade de servir como ponto para a construção de painéis na Sala Situacional da Governança.

Acordada a contribuição da SECULTFOR no processo, a equipe da ASPLAN e da ASESF participou de treinamento para o uso do aplicativo Sala Setorial nos dias 14 e 16 de outubro de 2015, a fim de serem capacitados para a inserção dos dados no aplicativo. Ao longo do mês de novembro do corrente ano foram produzidos pela equipe capacitada da SECULTFOR os formulários de entrada de dados³³, de acordo com a modelagem do instrumental já consolidado pela equipe da ASPLAN e da ASESF juntamente às coordenadorias da SECULTFOR.

Concluído todo o processo de apresentação do aplicativo, treinamento da equipe da SECULTFOR e criação dos formulários de entrada de dados, o estágio seguinte do trabalho compreende o acompanhamento da evolução na usabilidade da Sala Setorial da SECULTFOR pelas Coordenadorias responsáveis por inserir as informações. É nesse estágio em que nos encontramos atualmente, sendo possível, por enquanto, traçarmos apenas expectativas e projetar o fluxo de trabalho desejado.

³³ Os formulários de entrada de dados são planilhas construídas e personalizadas pelo próprio órgão setorial para receber da melhor forma possível os dados armazenados.

A primeira decisão a ser tomada compreende a definição de uma periodicidade comum a todas as Coordenadorias para inserção na Sala Setorial das informações produzidas acerca das políticas culturais realizadas. Inicialmente, essa inserção será realizada mensalmente, sendo responsabilidade da ASPLAN e da ASESP o acompanhamento direto com as Coordenadorias. Para a SECULTFOR, dois produtos são desejados a partir desse processo: (i) a atualização sistemática da Sala Situacional da Governança com as informações estratégicas das políticas públicas de cultura para visualização pelo Prefeito e pelo Secretário da SECULTFOR; (ii) a disponibilização de um ponto único de informações centralizadas e estruturadas para o processo de avaliação interno em conjunto entre as Coordenadorias e a ASPLAN.

Ao Observatório da Governança o produto esperado se dá pela possibilidade de cruzar informações relativas a execução de políticas culturais, com as informações de políticas para a educação, segurança, juventude, assistência social, urbanismo, dentre outras, disponibilizadas pelos demais órgãos setoriais da PMF através de cooperações similares à estabelecida com a SECULTFOR.

Considerações Finais

Para o monitoramento, avaliação e, conseqüentemente, melhoria das políticas de cultura, faz-se necessário combinar a aplicação de instrumentais para captação de dados e informações, assim como a utilização de metodologias e ferramentas adequadas para o armazenamento e análise das informações e dados coletados.

No caso da experiência realizada na SECULTFOR, o instrumental aplicado correspondeu ao questionário desenvolvido pela ASPLAN e pela ASESP em conjunto com as Coordenadorias da Secretaria. A produção desse questionário compreendeu o trabalho de interlocução com todas as Coordenadorias, o mapeamento das ações realizadas pelas Coordenadorias, a identificação das informações estratégicas referentes a cada Coordenadoria e a adaptação constante da redação do questionário até a conclusão da versão final do questionário, assim como a validação dessa versão final juntamente com todas as Coordenadorias.

Pelo lado da utilização de metodologias e ferramentas adequadas, a SECULTFOR contou com uma contribuição relevante da Diretoria do Observatório da Governança, mais

especificamente, através do *Business Intelligence* (BI) da Sala Situacional e do aplicativo Sala Setorial. Para o gerenciamento dos dados e informações da SECULTFOR, ambas as tecnologias servem como ferramentas importantes para a estruturação, armazenamento e análise da informação produzida internamente pela Secretaria.

No caso da Sala Setorial, o enfoque principal serve ao armazenamento dos dados e informações, sanando um problema muito sério para a continuidade das políticas culturais, que é a preservação e a segurança das informações. Já no caso da Sala Situacional, a contribuição reside na apresentação de painéis gráficos, informações georreferenciadas e no cruzamento de informações com outras fontes de dados, subsidiando a tomada de decisão baseada em evidência pelo gestor.

Estamos cientes que a operacionalização contínua da abordagem aqui proposta não é uma iniciativa fácil, pois os desafios são muitos. Contudo, é preciso que reconheçamos a existência de boas ações, projetos, programas de política de preservação, formação e difusão cultural e, mais do que isso, desenvolver metodologias e instrumentais efetivos para o monitoramento e avaliação dessas políticas culturais. A realização efetiva do monitoramento e avaliação das políticas culturais são importantes instrumentos de transparência e inovação, remetendo à importância efetiva da participação dos diferentes grupos interessados (artistas, gestores, pesquisadores, estudantes etc.) na construção de uma sociedade realmente democrática, que possibilite aos seus cidadãos o direito de terem acesso aos bens culturais, ou seja, a vida cultural.

REFERENCIAS

CANCLINI, Nestor G. “Reconstruir políticas de inclusão na América Latina”. In: Políticas Culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

BRUZAROSCO, D.; CASTOLDI, A. V.; PACHECO, R. C. . Criando data warehouse com o modelo dimensional. In: Acta Scientiarum (UEM), Maringá - Pr. v. 22, n. 5, p. 1389-1397, 2000.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Secretaria de Cultura de Fortaleza - SECULTFOR). EDITAL Nº 02 / 2014 - Seleção Pública de Apoio aos Festejos Juninos de Fortaleza 2014. Fortaleza: Secretaria de Cultura de Fortaleza, 2014.

KIMBAL, R. et al. The Data Warehouse Lifecycle Toolkit: Expert Methods for Designing, Developing, and Deploying Data Warehouses. John Wiley & Sons, New York, 1998.

MARTINELL, Alfons. La gestión cultural: singularidad profesional y perspectivas de futuro (Recopilación de textos). Cátedra UNESCO de Políticas Culturales y Cooperación. 2001.

PLANO DA SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014. Brasília: Ministério da Cultura, 2012.

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE FORTALEZA – 2012. Fortaleza: Secretaria de Cultural de Fortaleza, 2013.

POLÍTICAS CULTURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO: Uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

Revista Observatório Itaú Cultural / OIC, n.4 (jan/mar.2008). São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

ROCHA, A. B.; SAMPAIO, M. C.; SCHIEL, U. . Guardando História de Dimensões em Data Warehouse. In: Semana de Informática da Bahia. Salvador, 2000.

SHIM, J. P.; WARKENTIN, M.; COURTNEY, J.; POWER, D. J.; SHARDA, R.; CARLSSON, C. Past, present, and future of decision support technology. Decision Support System, v. 33, n. 2, p. 111-126, 2002.

UNESCO. Declaração dos Direitos Humanos (1960). Site: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em 22/01/2016.

ZIAVINI; MOURA, A CONSOLIDAÇÃO DOS INDICADORES CULTURAIS NO BRASIL: Uma abordagem informacional, SÃO PAULO, 2008.